

PSICOLOGIA ESCOLAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO PIAUÍ, BRASIL: COMPREENSÃO TEÓRICO-PRÁTICA E MODELOS DE ATENDIMENTOS

Fauston Negreiros
Marcelly de Oliveira Barros
Leilanir de Souza Carvalho

Resumo

O escopo do estudo é investigar os modelos de atendimentos e de compreensão teórico-prática dos psicólogos frente às demandas educacionais via políticas públicas educativas no estado do Piauí. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, e contou com a participação de 42 psicólogos atuantes na educação básica, da rede pública de ensino do Piauí, por meio de entrevista semiestruturada, que tratava dos aspectos que envolviam sua prática profissional e caracterizações sociodemográficas. Os dados foram tratados com a análise de conteúdo. Os resultados encontrados revelaram que ainda há maior incidência da prática clínica no âmbito educacional e como o modelo institucional vem crescendo e se consolidando nas instituições públicas de ensino.

Palavras-chave: Psicólogo escolar; políticas públicas educacionais; modelos de atendimento.

Abstract

The scope of the study is to investigate the models of care and the theoretical-practical understanding of psychologists facing the educational demands through public educational policies in the state of Piauí. This is a qualitative study, with the participation of 42 psychologists working in Elementary Education in the public school system of Piauí, through a semistructured interview that dealt with the aspects that involved their professional practice and sociodemographic characterization. The data were treated with content analysis. The results revealed that there is still a greater incidence of clinical practice in the educational field and how the institutional model has been growing and consolidating in public teaching institutions.

Keywords: School psychologist; educational public policies; models.

A psicologia escolar educacional vem se remodelando conforme o contexto histórico-social e político em que perpassa, e junto dela os modelos de se fazer psicologia, dentre eles, têm-se: modelos clínico, educacional e institucional (Santos, Menezes, Borba, Ramos & Costa, 2017). Para uma ampla compreensão sobre o que constitui cada modelo, bem como para a elaboração de uma discussão crítica, será abordado como se configuram, em quais contextos foram implantados e praticados, bem como suas consequências para o âmbito educacional.

Por volta de 1930, com a popularização da psicologia clínica, os ditos problemas de aprendizagem foram fatores que propiciaram a entrada da psicologia no âmbito escolar. Tal modelo de atuação tem sua centralidade no aluno e relaciona-se especialmente à constatação de problemas de

aprendizagem, atendimento e avaliação psicológica. Apresentava assim, alta probabilidade de se promover um modelo educacional com caráter psicologizante, caráter este que consiste em enquadrar indivíduos que não apresentam os resultados esperados, em algum transtorno ou dificuldade mental. Outro fator que muito reverberou em tais práticas foi o modelo biomédico, onde as questões genéticas-funcionais são arbitrárias, ou seja, o diagnóstico funciona como um mecanismo de rotulação e designação identitária (Lima, 2017).

Essas características tornam tal modelo um instrumento valioso para o sistema vigente –capitalismo– que com objetivos modernizantes e tecnicistas propunham uma análise aprimorada do indivíduo, para que sabendo mais suas particularidades, promovessem técnicas consideradas mais eficazes para aprender e que no futuro, conseqüentemente, estivesse apto para as funções e demandas advindas do modelo governamental, social e do mercado de trabalho. Além de ser uma ferramenta fundamental no período ditatorial de 1964, onde a padronização de pensamentos e ações da sociedade eram características que favoreciam os detentores do poder. Tais questões, por sua vez, difundiram em todo o âmbito social, bem como nas posturas profissionais dos psicólogos, perdurando uma educação que valorizava resultados homogêneos e objetivos (Facci *et al.*, 2016).

Assim, construiu-se entre a escola e a psicologia um elo com o intuito de higienizar e selecionar os alunos entre os aptos e não aptos. Surgindo assim, materiais teóricos como a teoria da carência cultural, que exerceu grande influência na reafirmação do modelo clínico de atuação no âmbito escolar. Pois, apresenta uma visão naturalista pautada em desregulações ambientais e sociais, pressupondo que alunos que não se enquadravam nos padrões de normalidade e normatividade estabelecidos socialmente –questões relacionadas principalmente à raça, gênero, etnia– apresentariam problemas cognitivos e nunca alcançariam o patamar dos considerados mais favorecidos culturalmente (Oliveira-Menegotto & Fontoura, 2015).

No início da década de 1980, a teoria da carência cultural e o modelo clínico de atuação foram criticados pioneiramente por Maria Helena Souza Patto. Ela passou a fomentar reflexões sobre os pressupostos do fracasso escolar; analisando como eram tratados socialmente, a complexidade que abrange sua discussão; principalmente como se davam as práticas dos profissionais da psicologia frente a esta temática e como afetavam diretamente o sistema educacional e os indivíduos que dele fazem parte (Gomes & Souza, 2015).

Com a implantação da escola obrigatória no século XIX, a ideia de fracasso escolar entrou em vigor, muito influenciada pela corrida ao mercado de trabalho, e pela busca por maior poder aquisitivo e padrões sociais, ou seja, questões estruturais e econômicas que levaram determinantes à escola. Contribuindo para a construção de pressupostos de que o aluno que não atingisse determinados resultados possuiria algum tipo de insuficiência e fosse incapaz de alcançar o estigmatizado “sucesso”. Então, grande parte dos problemas encontrados na educação seriam atribuídos ao aluno, contribuindo assim, para uma culpabilização demasiada e para uma visão delimitada da natureza das demandas existentes (Jomar, Garcia & Silva, 2014).

Assim, Maria Helena Souza Patto passou a observar com um olhar mais amplo os fenômenos chamados de “dificuldade de aprendizagem”. Atentando-se para os contextos que perpassam por todo o âmbito educacional, tais como questões sociais, familiares, econômicas e políticas. Estas características marcam o modelo de atuação educacional do psicólogo, onde ele voltará o olhar para

um conjunto de fatores determinantes, distanciando-se de questões isoladas e deterministas (Galvão & Marinho-Araújo, 2017; Souza, 2009).

Desse modo, é de suma importância atentar-se para a relação escola-sociedade, tendo em vista que as questões políticas, culturais, dentre outros aspectos que permeiam a sociedade adentrarão os muros das escolas. Gerando a necessidade de o psicólogo desgarrar-se do olhar individualizante e clínico, e partir para um olhar crítico, fomentando reflexões e promovendo intervenções coletivas. Trazendo não apenas a psicoeducação como ferramenta para autoconscientização e transformação do corpo escolar, mas também a psicossocialização como uma maneira de expandir as práticas e vivências no meio educacional (Gomes & Souza, 2015).

O modelo institucional, postulado por Bleger, engloba posições psicanalíticas e marxistas que atuam além das práticas tradicionais restritas a um atendimento terapêutico. Para isso, aponta a necessidade de se buscar uma visão global da instituição, ou seja, que todas as partes que compõem o corpo escolar, tais como: gestão, discentes e família, docentes, funcionários, dentre outros integrantes do meio, sejam ouvidas e consideradas como partes fundamentais para o desenvolvimento de uma atuação equilibrada e não individualizante. Sendo assim, o foco seria dado às relações institucionais no intuito de que a partir destas, intervenções fossem realizadas contextualmente. Este modelo relaciona-se diretamente como o modelo educacional, tendo em vista que ambos procuram uma atuação que se aplique a complexidade da conjuntura educacional (Guirado, 2009).

Apesar do avanço nas reflexões teórico-práticas e do olhar crítico referente a atuação do psicólogo escolar, expressivas práticas normativas e cognicistas ainda são recorrentes. Isso ocorre devido a inúmeros fatores, tais como: a grande perspectiva que a comunidade escolar deposita na atuação do psicólogo; a constante falta de recursos governamentais e institucionais que sirvam de apoio para tais profissionais; questões referentes a formação, como a falta de uma averiguação efetiva do andamento dos cursos de psicologia que se espalham pelo Brasil, poucas discussões sobre a formação em si, além do distanciamento existente da forma descrita relacionada a práticas cotidianas e a atuação do profissional, onde muitas vezes não há clareza e distinção sobre as maneiras de atuar - clínica, educacional e institucional-. Por isso é importante que o psicólogo tenha uma base teórico-prática que se harmonize com seu campo de atuação, aliado a questões éticas, epistemológicas e ao olhar crítico (Mello & Patto, 2008; Santos *et al.*, 2017).

Sendo assim, este estudo tem como objetivo investigar os modelos de atendimento (clínico, educacional e institucional) e de compreensão teórico-prática dos psicólogos frente às demandas da educação básica via políticas públicas educativas no estado do Piauí, inserção e conhecimento do profissional da psicologia no âmbito de tais políticas, tendo elas como ponto fundamental em seu modelo de atuação, para que assim possa participar ativamente na construção e reafirmação da psicologia escolar como um campo de saber crítico (Lima, 2017).

Método

Tipo de estudo: Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório-descritivo.

Participantes: O estudo conta com 42 psicólogos(as), sendo 37 mulheres e 05 homens, com idades entre 24 e 57 anos, que estão inseridos nas políticas públicas educacionais no contexto histórico-

cultural piauiense, vinculados ao Conselho Estadual de Educação, à SEDUC (Secretaria de Educação do estado do Piauí) por meio das Gerências Regionais de Educação (GRE), e as Secretarias Municipais de Educação.

Instrumentos: Questionário sobre dados sociodemográfico, com perguntas relacionadas ao perfil de formação e atuação, setor de lotação, principais práticas desenvolvidas, entre outros. E o roteiro de entrevista semiestruturada referente às práticas dos psicólogos escolares nas redes públicas do Piauí.

Procedimentos: A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí, com o número do parecer de: 2.708.244. A coleta de dados aconteceu de forma voluntária e anônima, onde foram explicitados os objetivos do estudo e a obtenção das devidas autorizações e o preenchimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos/TCLE e os Termos de Assentimentos, para que os participantes autorizassem sua participação na pesquisa e respondessem aos instrumentos.

Análise de Dados: Para realizar a análise das entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo postulada por Bardin (2011), que consiste em uma ferramenta metodológica diversificada, que tem como foco as mensagens e seus significados. Sendo organizadas em categorias de acordo com suas temáticas e representações, estas, por sua vez, serão descritas e interpretadas mediante aos eixos de análise.

Resultados e discussão

Para a discussão dos resultados, sua configuração se dará em três eixos analíticos: 1. *Compreensão teórico-prática dos psicólogos frente às demandas educacionais*; 2. *Inserção e atuação do psicólogo escolar em políticas públicas educacionais*; 3. *Modelos de atendimento utilizados frente as demandas educacionais*. E, por sua vez, serão demonstrados em subcategorias e depoimentos dos psicólogos participantes do estudo.

Compreensão teórico-prática dos psicólogos frente às demandas educacionais

Ao analisarem-se os modelos de atendimento exercidos pelo psicólogo na escola, é importante que se atente para como estes compreendem a psicologia escolar educacional como campo teórico e prático (Nunes, 2016). No extrato de entrevista a seguir, por exemplo, é feito um apanhado de definições e delineamentos sobre a psicologia no campo da educação:

Bom, a psicologia escolar é um campo da ciência psicologia que se volta para educação e mais especificamente para instituições escolares, não necessariamente escolas, mas hoje ela tem uma abrangência maior no sentido de que ela também pode acontecer dentro de ONGs, dentro de abrigos ... então, ela pode acontecer não apenas dentro de instituições escolares como tradicionalmente a gente conhece, assim como a própria psicologia. Inicialmente ela estava muito voltada para as práticas individuais, mas que desde a década de 80 ela vem diversificando um pouco a sua prática e hoje ela já fala sobre modos de atuação tradicionais e outros mais emergentes. Tradicionais não porque estão ultrapassados, mas porque já vem acontecendo há um tempo e as emergentes no sentido de que são práticas que estão surgindo que são diferenciadas das que vinham acontecendo, mas que vem pra somar junto com essa tradicional e não para uma excluir a outra (p.1).

Para que haja uma atuação condizente com o propõe a psicologia na educação, é necessária uma contínua articulação entre os campos práticos e teórico-metodológicos, pois ambos corroboram para

a construção de uma prática equilibrada e consciente, que refletirá diretamente em como este profissional perceberá o seu próprio modo de atuação e como direcionará sua prática ética e profissional (Santos & Gonçalves, 2016; Santos, *et al.*, 2018).

Toda atuação ética é necessário uso de fundamentação, procuro sempre me fundamentar para minha atuação, tenho alguns autores que são de “cabeceira”, como Maria Helena Souza Patto, pois compartilho de seus pressupostos acerca da psicologia escolar crítica. Gosto muito de usar autores que são destaques em nossa realidade piauiense, como Fauston Negreiros, que também discute de forma crítica os aspectos que perfazem a educação (p.12).

Pressupostos teóricos	Nº	%
Psicologia Clínica	21	50
Psicologia Escolar e Educacional	17	40,5
Nenhum	4	9,5

Tabela 1. Pressupostos teóricos utilizados como suporte para a atuação junto às políticas públicas de educação.

A Tabela 1 retrata como os participantes utilizam os autores e pressupostos teóricos em suas práticas. Constata-se que 50% dos profissionais utilizam da Psicologia Clínica, ou seja, fora do arcabouço da psicologia escolar e educacional; 40,5% trazem autores e pressupostos condizentes com a psicologia escolar e educacional; e, 9,5% relatam não fazer uso de nenhuma base teórica.

Conferindo tais dados e este relato: *“Não utilizo autores não. Eu trabalho como se fosse psicóloga clínica mesmo, através da escuta e depois dependendo da demanda eu vou atrás da resolução do problema”* (p.15), percebe-se que a inutilização de pressupostos teóricos e visões de autores específicos da psicologia educacional, muitas vezes é justificada pelo modelo de atendimento usado pelo profissional, o que, por sua vez, mostra como a falta desse aporte poderá reduzir as possibilidades de atuação do psicólogo, bem como, a utilização de outros materiais que não condizem com o contexto escolar podem interferir no manejo de ações (Feitosa & Araújo, 2018).

A formação do profissional da psicologia consiste em um importante direcionador de modos de atuação e estão diretamente relacionadas com o aparato teórico que auxiliará nas práticas profissionais. Por isso, a falta de uma trajetória acadêmica crítica e disparadora de reflexões quanto aos campos de atuação e aos modos de se fazer psicologia, podem direcionar a uma prática inadequada e sem implicações reais (Arruda *et al.*, 2018).

Isso ocorre, porque ainda há grande fragilidade meio a construção do campo de conhecimento em psicologia na educação em muitas das graduações. Pois, muitas vezes, um olhar estigmatizado do “aluno-problema” é reforçado, este por sua vez, respaldado em uma visão de intervenções clínicas e individualistas, desvalorizando discussões e reflexões dos impactos causados por questões sócio-política-culturais que adentram esse campo de trabalho (Oliveira, Santos & Toassa, 2015). O relato abaixo retrata como a falta de preparo durante a graduação gerou dificuldade na prática profissional:

... Eu falo até mesmo pela nossa graduação que não está voltada para isso, na minha época era muito mais voltada para Clínica, de Escolar a gente viu muito pouco, meu estágio foram poucas horas também. Eu acho que deveria ter mais em ênfase nisso, que a gente deveria andar por todas essas áreas de maneira mais eficaz para que realmente nos desse suporte para sair no mercado de trabalho ... (p.10)

Sendo assim, ressalta-se a importância de se conhecer os contextos histórico-culturais e os atravessamentos sócio-ideológicos que perpassaram a psicologia escolar como de grande valia para a construção do modo de atuação desse profissional, bem como a ampliação de sua visão crítica e política como aliados na sua prática (Feitosa & Araujo, 2018).

Inserção e atuação de psicólogos escolares em políticas públicas educacionais

As políticas públicas educacionais são ferramentas fundamentais no direcionamento e andamento do sistema para toda instituição pública de ensino, e por isso o psicólogo deve se apropriar dessa ferramenta com a finalidade de nortear suas práticas (Leonardo, Rossato & Constantino, 2018). Como se pode observar no relato abaixo:

Eu já trabalhei na implementação, quando estava frente da secretaria de estado da educação, hoje estou mais na normalização das políticas públicas. Então hoje nós trabalhamos com a formulação mesmo, pensando de que forma orientar as escolas na implementação e não mais lá na ponta implementando de fato, então um trabalho mais de pensar as políticas, orientar os gestores a fazer a implementação e orientar as escolas de como implementar também (p.7).

Os profissionais participantes deste estudo estão inseridos nestas políticas públicas educacionais: Políticas de Melhoramento da Educação (60,3%), Políticas para Educação Inclusiva (15,5%), Políticas de Formação de Professores (9,4%), Políticas Intersectoriais (6,3%), Políticas de Formação e Atuação do Psicólogo escolar (4,7%) e Políticas de Atendimento à Diversidade (3,1%).

Ao fazerem parte dessas políticas, subentende-se a necessidade de conhecê-las profundamente, bem como valer-se de seus recursos para que se desenvolva um melhor direcionamento e suporte para difundir seu modelo de atendimento, identificação do público-alvo e dos instrumentos políticos que podem ser utilizados como auxílio em sua prática. Tendo em vista que estas devem priorizar uma educação democrática e qualidade de ensino (Ferreira, Ferreira, Santos & Araújo, 2018). Características estas, vistas a seguir:

Atuar junto à comunidade escolar (corpo docente, discente, família e comunidade local)[...]. Buscando através dos instrumentos baseados na atuação e possibilidades de intervenção da psicologia escolar no sentido de efetivar o processo de ensino aprendizagem tornando possível uma melhor relação no ensino com a construção do desenvolvimento saudáveis do público alvo (p.13).

Já no relato dado pelo P.20: *“Não lembro, na instituição não existem políticas públicas. Fiz por conta própria atendimento voluntário com pessoas da região”*, mostra como é necessário que haja um esclarecimento quanto à importância da estrutura de políticas públicas educacionais como auxílio para um melhor funcionamento e direcionamento de ações governamentais e institucionais de profissionais e usuários (Sekkel, Schmidt, Pandita-Pereira, Bray & Leite, 2018).

Aumentando assim, o cuidado para que se promova a atuação e afirmação de um modelo de atendimento mais condizente com a realidade local e a ciência de que possui um papel fundamental

não apenas em conhecer e utilizar tais políticas públicas, mas também de se colocar como participante ativo em sua avaliação e se possível e/ou necessário, em sua elaboração (Rmagnoli, Neves & Paulon, 2018).

Comumente, obstáculos surgirão para que haja tal desenvolvimento, como pontuado pelo psicólogo P.13: “... limitações, primeiramente devido o acesso à oportunidade de atuação juntos a estas políticas, devido à pouca abertura das gestões municipais para a inserção desse profissional, bem como sua valorização a nível financeiro ...”. Mostrando assim, o tamanho desafio para o profissional da psicologia de inserir-se nesse meio, levando-se em conta a diversidade de fatores sociais, econômicos, de localização, dentre outros aspectos, que podem interferir na chegada e na efetivação de tais políticas no cotidiano da instituição (Patias & Hohendorff, 2019).

Fatores governamentais e sócio-históricos, também interferem diretamente no modo de atuar do psicólogo, por isso, sabe-se que além de seu preparo teórico, de seu conhecimento, criticidade frente às práticas profissionais e adesão à políticas públicas, existem uma gama de complexidades e toda uma estrutura do sistema político, econômico e social que perpassam por questões como falta de recursos e materiais de trabalho, falta de redes de apoio e encaminhamento, falta de informação sobre o papel do psicólogo, dentre outros aspectos que influem diretamente em seu funcionamento. Apesar disso, é importante ressaltar que o profissional psicólogo reafirme a sua prática e busque se inserir da melhor maneira possível em meio às políticas educacionais (Costa, 2018).

Modelos de atendimento utilizados frente às demandas educacionais

Os aspectos que envolvem os modelos de atendimento do psicólogo no âmbito educacional são de suma importância para toda a psicologia escolar educacional. Tanto para a construção e desenvolvimento de aspectos teóricos, a fim de que haja um enriquecimento deste campo científico, bem como para o direcionamento de práticas dos profissionais nela inseridos (Arruda & Oliveira, 2018).

Modelos de Atendimento	Nº	%
Modelos Clínico e Institucional	27	64,3
Modelo Clínico	6	14,3
Modelo Institucional	5	11,3
Modelos Institucional e Educacional	4	9,5

Tabela 2. Modelos de atendimento de psicólogos em políticas públicas de educação.

A Tabela 2 retrata como se dão os modelos de atendimento feitos por profissionais da psicologia atuantes na rede de ensino público do Piauí. Nota-se o predomínio das práticas associadas ao modelo clínico e institucional, sendo 64,3% do percentual total. Mostrando assim, como a área clínica ainda é uma realidade muito recorrente na prática da psicologia escolar, que é fincada por construções históricas que alcançam e interferem nas práticas contemporâneas, seus resquícios continuam vívidos

por meio de atuações que desenvolvem um olhar individualizado e recluso ao aluno. Favorecendo assim o processo de culpabilização e determinação de diagnósticos que os restringem a uma dificuldade, seja ela de aprendizagem, familiar, ou de natureza patológica, não contemplando a complexidade do sistema relacional, social, político e cultural que perpassam por todas as esferas e vivências do indivíduo apenas a fatores unidimensionais (Maia, 2017).

O relato a seguir, por exemplo, demonstra uma prática baseada em resolução de problemas e atendimentos individuais: “... *A partir desses dados colhidos eu vou desenvolver basicamente a psicologia clínica mesmo, depois vou trabalhar o consciente deles, porque muitos dos casos são: familiar, problemas na família, problemas com drogas, gravidez, violência em casa ...*” (p.15).

Vale ressaltar, que com 14,3% a segunda prática mais utilizada pelo profissional foca diretamente a prática do modelo clínico, constatando-se assim, a predominância de tal modelo na atuação do psicólogo nas redes públicas do Piauí. O extrato a baixo exemplifica a preocupação ainda existente de se fazer um atendimento clínico, além da necessidade de se esclarecer qual é o papel do psicólogo escolar, não só para os alunos, mas para toda a comunidade escolar, tendo em vista que estes devem ser o público alvo da atuação, além de reafirmar sua relevância no contexto da instituição (Silva, Facci & Sousa, 2017).

Olha, a escuta, muita escuta, muita entre aspas, por conta deles se esquivarem, eles se esquivam muito, porque eles ainda acreditam, eles ainda têm aquele rótulo que psicólogo é coisa de doido. Então assim, alguns vêm, faz uma escuta e já quer sair com um diagnóstico, mas assim, não tem uma posição positiva porque varia muito essa questão das demandas (p. 4).

Ao acompanhar a prática clínica dentro dos 64,3%, o modelo institucional pode não ser desenvolvido com caráter efetivo, podendo gerar enviesamento e um desvio dos alvos propostos para tal atuação. Mas também, pode representar um movimento transitório, do modelo clínico para o institucional. O foco apenas neste modelo representa 11,9% de atuação dos profissionais, o que mostra uma potencialidade crescente dessa prática, adentrando assim em um trabalho com uma visão global do ambiente escolar, interagindo com todos os setores que dele fazem parte, a fim de apresentar um modelo de atendimento mais condizente com a realidade e com as demandas educacionais. (Xavier & Cotrin, 2018).

A associação dos modelos institucionais e educacionais possui 9,5% do percentual das práticas. A adição do modelo educacional traz consigo uma visão crítica e contextualizada que perpassa a escola em si, percebendo como a sociedade e todos os seus aspectos podem impactar na maneira como se pensa e como atuam na educação (Andrade, 2018).

O psicólogo a seguir relata como sua atuação adentra os três modelos de atendimento. Porém, com foco de trabalho principal a visão institucional e educacional, onde o alvo não é direcionado apenas ao aluno e ressalta que por vezes, é necessário que o atendimento individual seja feito, por mais que se compreenda que este não é o modo mais adequado de atuação no ambiente escolar:

... então eu diria que é um modelo educacional ou institucional, porque não tá focado só no aluno, não vou dizer que em alguns momentos a gente não toca o modelo clínico, que ele inexistente na nossa prática, até porque em alguns momentos a gente faz alguns atendimentos, mas eu não digo que ele é

o predominante, até pelo que eu descrevi de outras ações que a gente faz tentando levar pro coletivo a nossa atuação, então eu diria que é um modelo educacional, institucional (p.1).

Circunstâncias como estas poderão surgir no cotidiano, às vezes por uma demanda local, por falta de opções de encaminhamento (que por sinal deve ser feito em última instância pelo psicólogo escolar, quando a resolução da demanda vai além das intervenções coletivas) e de rede de apoio, para que também não seja feita uma culpabilização deste profissional quando não são oferecidos a ele todos os recursos necessários para desenvolver sua atuação de maneira eficaz –incluindo as questões salariais e a falta de reconhecimento governamental– mas é de suma importância que o psicólogo atuante no âmbito escolar saiba que o modelo clínico e o “problema mental” não devem ser o foco do seu atendimento, se ele surgir deve ser circunstancial (Xavier & Cotrin, 2018).

Assim, é necessário que o profissional da psicologia tenha em mente a visão clara de seu papel como atuante em todo o corpo escolar, ou seja, a nível institucional, atendo-se não somente para aspectos que envolvam ensino-aprendizagem, mas como estes se relacionam com a escola em si. Evitando uma rotulação diagnóstica que favoreça e consolide o já existente processo de medicalização da educação. Para tal, devem-se abranger as subjetividades sociais que perpassarão os contextos e as vivências dos sujeitos que fazem parte deste ambiente e trabalhar o seu coletivo (Martínez, 2010; Jager & Patias, 2019).

Considerações finais

Ao analisar os modelos de atendimento dos psicólogos na educação básica da rede pública de educação piauiense e sua relação com as políticas públicas educacionais, os resultados apontam para uma maior incidência da prática conjunta dos modelos clínico e institucional (64,3%), seguido da prática restrita ao modelo clínico (14,3%). O que revela como a prática clínica ainda é recorrente nas instituições públicas de ensino. Porém, também apresenta um olhar de potencialidade quanto à emergência do modelo institucional. O modelo educacional, por sua vez, ainda é pouco conhecido e praticado junto às políticas públicas de educação no referido estado.

As investigações feitas por esse estudo se restringem a um contexto histórico-cultural determinado, o que pode expressar particularidades de um território, não cabendo a generalização em determinados aspectos, consistindo assim em uma das limitações da pesquisa. Para futuros estudos poderiam ser entrevistados psicólogos que integrem outros contextos de atuação, como na educação profissional e tecnológica e no ensino superior, a fim de que se tenham uma ampliação dos modos de atuação na rede pública do estado do Piauí, bem como de outros estados brasileiros.

Esta pesquisa possui relevância quando se leva em conta a escassez de estudos que versem sobre psicologia escolar e políticas públicas no Piauí, tendo em vista que trata-se de uma área emergente da prática do profissional da psicologia na rede pública do estado. Assim sendo, os resultados do estudo podem nortear reflexões acerca de práticas em psicologia escolar efetivamente transformadoras, socialmente referenciadas, e que pensem a escolarização sob uma perspectiva além do psicoeducativo, mas sobretudo de forma psicossocial, interpretando as instituições educacionais como produzidos em um contexto histórico-cultural, político, econômico; e que agregam limitações, vulnerabilidades, e, em especial, potencialidades quanto à oportunização de atividades que medeiem aprendizagem, desenvolvimento e humanização às diferentes classes sociais.

Referências

- Andrade, J. M. (2018). Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de Psicologia nos serviços de saúde. Recuperado de: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157437/>
- Arruda, R. C., & Oliveira, T. C. (2018). A atuação do psicólogo no contexto educativo: contribuições à psicologia escolar. *TCC-Psicologia*. Recuperado de : <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/72/71>
- Arruda, C. C. L., Costa, W. J. C., de Oliveira Silva, R. A., Silva, J. C. P., da Silva Paula, W. A., & Santos, G. (2018). Como se constrói um psicólogo? Reflexões sobre a formação em psicologia no Brasil. *TCC-Psicologia*. Recuperado de : <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/80/79b>
- Bardin, L.(2011). Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 70.
- Costa, A. D. A. D. (2018). O psicólogo e as políticas públicas de assistência social: Relato de experiência. Recuperado de: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18495>
- Facci, M. G. D., da Costa Lima, E., Fribida, F. B. G., Barroco, M. B. S., Leal, Z. F. D. R. G., & Lessa, P. V. (2016). Formação do Psicólogo, no Estado do Paraná, para Atuar Junto às Queixas Escolares. *Interação em Psicologia*, 19(2). Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/28398/29352>
- Feitosa, L. R. C., & Araujo, C. M. M. (2018). O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. *Estudos de Psicologia*, 35(2), 181-191. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200007>
- Ferreira, S. B. J., Ferreira, N. D. S., Santos, M. H. P. D., & Araujo, E. P. (2018). Avaliação educacional em larga escala: uma análise sobre os resultados do ideb e a visão dos gestores das escolas públicas do município de salgueiro/pe. *Revista Opara*, 8(2), 26-41. Recuperado de: <http://revistaopara.facape.br/article/view/234/142>
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C. (2017). Psicologia Escolar em ONGs: Desafios Profissionais e Perspectivas Contemporâneas de Atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21 (3), 467-476. Maringá. Recuperado de <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282353802013>> , <http://de.doi.org/10.1500/2175-35302017021311177>.
- Gomes, A. M. N., & Souza, M. P. R. (2015). O psicólogo escolar na educação possibilidades e desafios de uma atuação na perspectiva crítica. Zibetti, M. LT.; Souza, MPR; Barroco, SMS (Orgs.)(2015). Psicologia, Políticas Educacionais e Escolarização. Florianópolis: Pandion, 256 p. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 169-170. Recuperado de <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282346233017>>
- Guirado, M. (2009). Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. *Interação em Psicologia*, 13(2). Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/9447/11377>
- Jager, M., & Patias, N. (2019). Consultoria em Psicologia Escolar: Relato de experiência. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 184-201. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3016>
- Jomar, S. V., de Amorim Garcia, L., & Silva, J. C. (2014). O fracasso escolar e o processo de ensino-aprendizagem: múltiplos olhares. Recuperado de <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/20.pdf>
- Leonardo, N. S. T., Rossato, S. P. M., & Constantino, E. P. (2018). Políticas Públicas em educação e o fracasso escolar: as interlocuções com a Psicologia. In H. R. Campos, M. P. R. Souza, & M. G. D. Facci (Orgs), *Psicologia e Políticas Educacionais*. (1ª ed., Cap 2, pp. 43-66). Curitiba: Appris.
- Lima, A. (2017). Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*, 23(42), 17-23. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19637>

- Maia, C. M. F. (2017). Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação. Brasília. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/123456789/1177>
- Martínez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola?. Em aberto, 23(83). Recuperado de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf
- Mello, S., & Patto, M. H. S. (2008). Psicologia da violência ou violência da psicologia?. *Psicologia USP*, 19(4), 591-594. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000400013>
- Nunes, L. V. (2016). Indicadores do perfil profissional do psicólogo escolar das equipes especializadas de apoio à aprendizagem da Secretaria de Educação do DF (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20908/1/2016_LeonardoVieiraNunes.pdf
- Oliveira-Menegotto, M. L., & Prado da Fontoura, G. (2015). Escola e Psicologia: Uma História de Encontros e Desencontros. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19 (2), 377-385. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192869>
- Oliveira Santos, F., & Toassa, G. (2015). A formação de psicólogos escolares no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2). Recuperado de: <https://www.redalyc.org/html/2823/28234222009/>
- Patias, N., & Hohendorff, J. (2019). Em defesa de uma Psicologia Escolar/Educacional crítica. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 3-5. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3270>
- Romagnoli, Roberta Carvalho, Neves, Claudia Elizabeth Abbês Baeta, & Paulon, Simone Mainieri. (2018). Intercessão entre políticas: psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 236-250. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200017&lng=pt&tlng=
- Santos, D. C. O. D., Menezes, A. B. D. C., Borba, A., Ramos, C. C., & Costa, T. D. (2017). Mapeamento de competências do psicólogo escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 225-234. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702121109>
- Santos, G. M. D., Silva, L. A. P. D., Pereira, J. L., Lima, Â. G. X., & Assis Neto, F. L. D. (2018). Atuação e práticas na Psicologia Escolar no Brasil: revisão sistemática em periódicos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3), 583-591. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018035565>
- Santos, J. V., Gonçalves, C, M. (2016). Psicologia Educacional: A importância do psicólogo na escola. *Psicologia.Pt. ISSN 1646-6977* Recuperado de: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1045.pdf>
- Sekkel, M. C., Schmidt, M. L. S., Pandita-Pereira, A., Bray, C. T., & Leite, H. A. (2018). Linha do Tempo das Políticas Públicas para o Enfrentamento dos Problemas de Escolarização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 649-661. 38 n°4, <https://doi.org/10.1590/1982-3703001472017>
- Silva, S. C., Facci, M. G. D & Souza, M. P. R. (2017). História. Aula Nacional de Curricula Escolar e Educacional como subsídio à consulta pública da Base Nacional Comum Curricular - a inclusão da disciplina Psicologia no Ensino Médio. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21 (2), 347-353.
- Souza, M. P. R. D. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional (Impresso)*, 13(1), 179-182. Recuperado de http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/12003/art_SOUZA_Psicologia_Escolar_e_Educacional_em_busca_de_2009.pdf?sequence=1
- Xavier, L. B., & Cotrin, J. T. D. (2018). O atendimento psicológico à queixa de indisciplina escolar na rede de Saúde: reflexões críticas. *Psicologia em Revista*, 24(1), 19-39. Recuperado de: <http://200.229.32.55/index.php/psicologiaemrevista/article/view/8517/14024>